

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017/190201-00-00>

IDEOLOGIA MANAGERIAL, EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO MANAGERIAL IDEOLOGY, EDUCATION AND KNOWLEDGE IDEOLOGÍA GERENCIAL, EDUCACIÓN Y CONOCIMIENTO

Maria Marta Furlanetto*

Universidade do Sul de Santa Catarina

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem

Tubarão, SC, Brasil

Na organização da revista *Linguagem em (Dis)curso*, o que temos denominado *episódios* corresponde a tópicos que sobrevoam eventos de espaço-tempo acompanhando os rumos do trabalho científico e suas implicações administrativas, políticas, históricas e sociais – culturais, em suma. O que propomos são interpretações de algum alcance para o que é produzido e publicado neste periódico em prol da circulação do conhecimento na área específica que acolhemos, bem como seus prolongamentos e intersecções. Em edições anteriores abordamos assuntos como autoria, plágio e autoplágio, produtivismo, solidariedade em perspectiva comunitária. Nesta edição, de alguma forma vinculando e interpenetrando os outros, priorizamos o tema da educação – em sentido geral – e uma forma específica de perspectivá-la no mundo contemporâneo, com suas características e conflitos no contexto da cultura. Propomos, no final, possíveis imagens cronotópicas¹ de interpretação.

O tema é introduzido, neste caso, por meio de um autor que, dedicado há muito a estudos linguísticos, filosóficos e literários no meio europeu (francês, nomeadamente), contempla, em uma visão mais panorâmica e engajada, aspectos político-econômicos que se refletem na educação, e que ele trata como educação com caráter *managerial*² (empresarial, gerencial, gestonária), perspectivada como *ideologia managerial*. Trata-se de François Rastier, autor da obra *Apprendre pour transmettre, l'éducation contre l'idéologie managériale*, publicada em 2013 pelas Presses Universitaires de France (PUF). Ele argumenta contra essa ideologia que, cada vez mais, impõe-se na educação

* Doutora em Linguística Aplicada pela Université de Paris VIII. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0298-765X>. E-mail: mmartafurlanetto@gmail.com.

¹ *Cronotopo* é conceito da teoria de Mikhail Bakhtin ([1937-1938] 2014), remetendo à relação espaço-tempo no âmbito do texto literário, mas expansível para os gêneros em geral. Refere-se à indissolubilidade da relação entre as duas categorias, visualizando o tempo como a quarta dimensão do espaço. O cronotopo funciona como “um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem.” (AMORIM, 2006, p. 105). A interpretação e compreensão dessa fusão se materializa por formas metafóricas de visada dos textos: a escada, por exemplo, é imagem cronotópica que indicia subida, promoção, melhoramento de uma situação ou identidade.

² Optamos pela tradução literal da forma francesa *managériale* utilizada pelo autor, que utiliza a forma básica do inglês *manager* para a derivação, já recorrente também como agente, empresário, organizador de espetáculos.

em todos os níveis. Qual a repercussão dessa visada no ambiente educacional e que efeitos podemos ressentir em função da argumentação promovida nesse estudo? Nosso foco, aqui, diz respeito a uma entrevista sobre a obra publicada (RASTIER, 2014).

Para refletir sobre o contexto em que se manifesta o interesse pelo tema, cabe pensar primeiramente sobre a noção de *gerenciamento* [*management*] e a forma *managerial* [fr. *managériale*] utilizada por Rastier para trabalhar as implicações culturais da imposição que se verifica no espaço educacional.

GERENCIAMENTO [MANAGEMENT]

Raymond Williams ([1983] 2007) estabeleceu uma concepção relevante relativamente aos estudos de cultura e sociedade (com ênfase no E), tentando “juntar o que o modo de pensar capitalista insiste em separar”, conforme os termos de Cevalco (2007, p. 16) no prefácio da obra, referindo-se a um modelo de organização social que marginaliza “a atividade de criação, circulação e confirmação de sentidos” (p. 11). Williams mostra uma nova forma de pensar a produção cultural, tratando sua perspectiva como *materialismo cultural* – uma teoria da cultura. A obra *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* pode ser apreciada, tal como a vemos, como *um livro de trajetos das letras*: primeiro, por dar relevo exatamente às letras, às línguas, à linguagem, à semântica histórica; segundo, em complemento, por dar importância seminal aos trajetos de sentido no tempo e no espaço em busca de compreensão que vai muito além do senso comum (o que se cristalizou e sugere obviedade, sem causar questionamento), recuperando motivos, deslizamentos e apagamentos no curso da história e contribuindo para a percepção de usos opacos nas manifestações discursivas, sobretudo observando a política e a cultura.

A palavra-chave de nosso interesse, para vinculá-la ao tratamento dispensado por Rastier, é *gerenciamento* [*management*]. Apresentamos uma síntese do tratamento do verbete construído por Williams (1983] 2007).

Gerenciamento, nas construções contemporâneas³, expressa uma versão das relações sociais e econômicas, mais voltada para as relações entre gestores e empregados. *Manage*, no sentido de adestrar, administrar, teria entrado no inglês a partir do italiano *maneggiare* (manejar, e especialmente treinar cavalos) – e foi assim utilizado pelos ingleses. A palavra ancestral conhecida é o latim *manidiare*, derivada de *manus* (mão). Em seguida, *manage* estendeu-se a operações de guerra; mais tarde – século 16 – generalizou o sentido para dirigir, assumir o controle. Houve também confusão dada a semelhança com o francês *ménage* e *ménager*, relativo a casa familiar e cuidados com a casa – daí as variantes inglesas *manage* e *menage*, o que promoveu o deslizamento de *manager* para treinador e diretor, alargando o campo de uso dos negócios para o esporte, além de administração da casa. Assim, *management* (como processo) tinha amplo campo

³ Lembremos que a obra é de 1983. Dada a acolhida que recebeu, a edição brasileira consultada, além de material revisado e acrescido anteriormente pelo autor, conta com um apêndice de treze textos elaborados por intelectuais que promovem um desdobramento da obra, acrescentando termos que se salientaram recentemente na cena cultural (informação constante em nota na edição).

semântico, valendo também como uma instituição. No século XVIII, *manage* e *manager* passaram ao campo mais restrito das atividades financeiras e empresariais. Na forma *management*, no século 19, incorporou a administração de jornais. Nos negócios, *manager* podia ser também gerente, agente. No século 20 o uso de *management* se ampliou para atividades variadas com suas especificidades: gerente, burocrata (servidor civil), manifestando também a distinção entre empresa pública e empresa privada. Uma tendência histórica notável foi “uma mistificação das relações econômicas capitalistas” (WILLIAMS, 2007, p. 195), no século 19, com habituais negociações entre patrões [*masters*] e empregados [*men*]. No século 20 deu-se a eufemização desses termos em proveito de empregadores [*employers*] e empregados. Williams salienta a preferência, em meados do século 20, de *a gerência* [*the management*] como expressão mais abstrata, que ressoa ideologicamente de modo aparentemente desinteressado⁴. Diz o autor ainda que o antigo sentido de manejar [*manage*, de *maneggiare*] aparece em *man-management* (manejo de homens), termo que começou a ser usado no exército, e cujo sentido transparece em treinamento gerencial [*management training*], expressão usada “nem sempre com plena consciência do que ela implica” (p. 196). A expressão mais abstrata, enfim, é gestão de pessoal [*personnal management*], “em que se generalizaram e se abstraíram completamente os seres humanos em ambos os lados do processo.” (p. 196).

O que Williams mostra nesse processo histórico é o trajeto variado de certas escolhas históricas (nem sempre conscientes), a agregação e apagamento de sentido nos deslizamentos ulteriores, tornando, de modo geral, naturalizadas as expressões (efeito ideológico) e esquecidos os usos que deixaram de ser dominantes.

Este tópico funciona como alicerce para a leitura de Rastier (2014) sobre a ideologia managerial que amplia suas metas e busca gerenciar a educação em sua amplitude.

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA MANAGERIAL

Ao tematizar o que chama *ideologia managerial*⁵, o objetivo de Rastier (2014) é questionar certas concepções implícitas das línguas e da cultura, mostrando certos limites das teorias da comunicação e da cognição relativamente ao ensino e à pesquisa, restringindo conteúdos dos espaços de conhecimento, ou seja, substituindo conhecimentos por atividades diversas que refletiriam certas *competências*, em um processo que levaria a avaliações e valorização final em termos de competição entre “recursos humanos” para o mercado.

Tratando-se de um trabalho recente (de 2013), o autor está engajado, como cidadão, em uma atividade de reflexão sobre a crise política e econômica do mundo contemporâneo, bem como de crítica de seu reflexo e consequências na cultura e na educação. A ideologia managerial se baseia em “argumentos econômicos apresentados como técnicos.” (p. 1). Trata-se, para Rastier, de uma perspectiva utilitarista, e neste sentido caberia perguntar para que serve a utilidade, e a quem, especialmente. Considera

⁴ Também conhecemos essa relação (ou relacionamento) na forma de *gestores* e *colaboradores*.

⁵ O texto está redigido em francês. É de nossa responsabilidade a tradução das citações feitas aqui.

que essa ideologia introduz na história um “mito econômico”, e o faz pondo vidas em jogo⁶.

A primeira parte da obra foi intitulada *Humilhações* [traduzindo *avaries*]. Nela Rastier apresenta o panorama do crescimento planetário assustador do que chama *ideologia managerial*. Uma resenha da obra pode ser lida na revista *Mots* (MAYAFFRE, 2013). Aqui estamos focalizando tópicos de uma entrevista.

A segunda parte da obra, que Rastier denominou *Resistências*, é dedicada às línguas e às obras, que, segundo ele, são “objetos e práticas culturais exemplares irredutíveis à ideologia managerial. As línguas não podem ser reduzidas a instrumentos de comunicação, nem as obras a mercadorias: elas fazem, de alguma forma, resistência.” (RASTIER, 2014, p. 2). O ensino de línguas, todavia, segue, na Europa⁷, um Quadro Comum de Referência fundamentado em uma perspectiva apresentada como “teoria pragmática”. A crítica de Rastier se refere a agrupar como *texto* tanto uma obra literária como uma etiqueta de produto alimentar; a didática da língua estaria organizada com base em níveis de competência. A literatura, por sua vez, seria um “discurso social” entre outros, o que o autor considera banalização: desconsideração de projetos estéticos e consideração dos escritores como atores sociais em busca de posição na sociedade. Com isso, “Substitui-se a arte pelo mercado da arte” (p. 2).

Como alternativa a esse estado de banalização e confusão, o autor pensa em formas de resistência. A educação não pode ser reduzida à formação profissional ou profissionalizante. A didática, que orienta essa formação, não é tudo; ela não pode ser uma disciplina autônoma com um discurso tecnicista. Ele relata que a aprendizagem de base da leitura, da escrita e do cálculo, na França como na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), regride, registrando cerca de 15% de semi-iletrados na saída da escolarização obrigatória.

Rastier aponta também o que considera como *causas culturais* da crise política e econômica no mundo contemporâneo, afetando a educação: a dimensão crítica do pensamento é atacada nas humanidades pela ideologia da transgressão, pela desconstrução; nas ciências, pelo tecnicismo excessivo, a redução da racionalidade a simples procedimentos, como se isso levasse à eficácia na prática. Ele vê a crise como um pretexto para “justificar a extorsão salarial e a pauperização cultural: a falta de educação é preciosa para quem quer acabar com a democracia.” (p. 3). O mercado de trabalho se mostra avesso a uma educação integral, quando a própria OCDE (organização voltada para o mundo econômico) declara, em 2012 (em citação de Rastier, p. 3):

Os trabalhadores altamente qualificados são necessários nos empregos tecnológicos; os trabalhadores fracamente qualificados são utilizados para serviços que não podem ser automatizados, digitalizados ou deslocalizados, como os cuidados às pessoas; e as qualificações intermediárias são substituídas pela robótica inteligente.

⁶ Ele aponta dois casos de suicídio de professores, imputáveis a *sofrimento no trabalho*.

⁷ No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece “conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.” Essa Base estaria orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (LDB, Lei nº 9.394/1996). Cf. <http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>. O marco legal mais importante desse documento é a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, Artigo 205.

E há a presunção, já em 2001, de que os próprios programas escolares não devem assumir que todos devem chegar tão longe – ou seja, é como se os direitos de cidadania fossem previstos para alguns, e a exclusão algo normal na vida das pessoas. No mundo acadêmico, isto está sintetizado na imposição geral: *Publicar ou perecer*, que paira sobre todas as cabeças.

Questionado sobre eventuais críticas a sua obra com referência a sua perícia em questões técnicas da educação, Rastier rebate dizendo que não se trata apenas de questões técnicas. Com uma longa e variada carreira de professor e pesquisador, ele admite que sua experiência não legitima nada; por outro lado, observa que muitas autoridades acadêmicas e pessoal com poder de decisão parecem ter frequentado apenas comissões e altos conselhos, faltando-lhes, portanto, conhecimento educacional profundo. “Pessoas vêm inspecionar as unidades de ensino e de pesquisa, preenchem grades de avaliação, e sem ter tempo nem, por vezes, o gosto de ler os dossiês científicos, elas fazem *rating* bibliométrico.” (p. 3). Essa cifragem universal, para ele, faz o conhecimento degenerar em informações atomizadas, cujos elementos não são mais que avatares; a educação e a pesquisa se transformam em meras realidades administrativas, sem apreciação específica – sem contar que o *rating* pode suscitar a fraude. Mesmo em relatórios de autoavaliação, lembra o autor, há critérios impostos que são estranhos à pesquisa (todos conhecemos esses formatos).

Rastier lembra que o processo de managerialização (ou gerenciamento) da educação não é, na verdade, novo, mas o próprio pretexto da crise econômica tem servido para cobrir, na forma de governança, a precarização geral com pressões intoleráveis. Como resposta das disciplinas de linguagem e das ciências humanas, ele sugere algumas atitudes:

- a) “Analisar a linguagem managerial das instituições”;
- b) “Recusar que suas disciplinas se tornem discursos de acompanhamento da comunicação midiática e da indústria cultural.”;
- c) “Reconhecer ao digital seu lugar auxiliar, mas utilizar as humanidades digitais para promover as humanidades.”;
- d) “Recusar o utilitarismo econômico em proveito de benefícios para todos” (p. 4).

Destacando que a sociedade civil se compõe de instituições formais e informais, regulamentadas ou não, de partidos, sindicatos, associações e coletivos, com diversidade de normas e pessoas em interação, diversidade que fundamenta a vida social e impulsiona sua evolução, Rastier se insurge contra o fato de que “governos sucessivos organizem o funcionamento do Estado e o conjunto da vida social privilegiando e até impondo uma forma única de organização, aquela da empresa” (p. 5). Ele fornece exemplos que mostram por que, em toda parte, os mesmos elementos de linguagem são recorrentes: competências, avaliação, excelência, governança – em última análise, aparecem, em espaços distintos, mesmas formas de pressão e mesmo “sofrimento no trabalho.” (p. 5).

Tais formatos indicam a vontade de organizar toda a vida social segundo um modelo único que represente uma estrutura pela qual a diversidade e as discrepâncias não sejam elementos de perturbação de certa ordem – uma projetada disciplina, uma técnica. Com isso, encontra-se uma forma de regular as práticas sociais, inibindo eventuais subvenções previstas, sem eliminar propriamente as organizações não manageriais (empresariais).

Embora, em Rastier, técnicas cada vez mais inovadoras da informação e da comunicação recebam atenção e crítica contundente, ele considera o digital [*numérique*] um suporte que favorece certas práticas (pesquisa lexical, acesso a corpus, leitura não linear), mas não é capaz de substituir meramente outras formas de pesquisa e de estudo. Ele entende que cursos a distância têm se tornado um setor econômico, uma vez que são derivados de formações digitalizadas em empresas para uma formação mais rápida, dispensando alocações físicas (compressão do espaço). A educação, porém, não se reduz à transmissão de informações. E, na formação a distância, se tudo está digitalizado (em vídeos, por exemplo), docentes acabam sendo repetidores – eles já são nomeados como *tutores*, apenas controlando a realização das atividades previstas. Ocorre que, segundo o autor, a desmaterialização de meios anteriores utilizados tem por trás interesses privados, e tais interesses podem não incorporar nenhuma dimensão crítica ao trabalho, ou reduzi-la ao mínimo para não perturbar a formatação prevista. Nesse caso, Rastier se pergunta: como tratar os erros, tão importantes para a compreensão? E os fenômenos de identificação, que importam para a maturação afetiva e intelectual?

O incômodo experimentado por Rastier diz respeito a questões educacionais profundas, de que a ideologia managerial não pensaria em se ocupar: o desejo de aprender, que é independente de que posições políticas vigorem. “A cultura não é elitista”, diz (p. 6). A curiosidade é o melhor dos apelos para impulsionar qualquer pedagogia, sem o que estará votada ao fracasso. Argumentos utilitaristas só podem extinguir esse impulso, e ao mesmo tempo fazer com que a pessoa se deixe levar por aquilo que parecerá mais rentável (valor de troca). Rastier defende uma pedagogia do desafio, que pode ser até lúdica, mas é antípoda da competição econômica.

A educação – como ele a compreende – repousa inteiramente em uma antropologia da troca (ele se baseia na Antropologia de Marcel Mauss). “E as trocas de que emergiram as línguas e as outras formações culturais não se reduzem à troca mercantil, e veiculam valores bem diferentes” (p. 6). Essa antropologia compreende uma teoria da pessoa (não um sujeito psicológico ou filosófico, nem forma individual biológica), e uma teoria da sociedade. Ele não admite o conhecimento como acumulação de informações: “Conhecer é saber fazer o elo entre os ‘conhecimentos’, e aprender, assim, no seio de uma prática social.” (p. 7). A dimensão crítica, aqui, é inseparável da ética, e supõe um recuo no sentido de medir a extensão da própria ignorância. Em síntese, três momentos seriam importantes para o processo de conhecer: a) a *informação*: conhecer fatos tidos como tais (aceitos): textos e documentos; b) a *contextualização* das informações (fontes): autores, lugares, datas, crítica...; c) a *apropriação* no presente (teórica ou prática) que conduz a uma reelaboração – que, acrescentemos, implica autoria.

Fechando esse conjunto, Rastier diz que uma teoria da educação supõe uma teoria da linguagem (dos signos, enfim) para as práticas semióticas necessárias ao que chama de *transmissão* (embora esse termo, notemos, pareça inspirado na teoria clássica da comunicação). Rastier, no entanto, diz que ainda predomina o positivismo lógico na compreensão da linguagem – tratando-a como um código entre outros – o que é compatível com o tecnicismo. Caberia, pois, compreender a complexidade dos sistemas semióticos e dos objetos culturais aí implicados.

A questão, na aprendizagem, das motivações e dos projetos deve preceder aquela dos objetos e dos métodos. “Não se estuda para encher seu CV [*curriculum vitae*] desde a mais tenra infância. Não se aprende e não se retém se não se encontra algum valor, e não há aperfeiçoamento a não ser que se possa extrair dele confiança, e mesmo prestígio.” (p. 7). Uma *pessoa*, figura individual e social simultaneamente, se constrói junto às outras, e por elas também. Essas pessoas significativas, de confiança, são objeto de vínculo sensível, até de sedução: elas permitem aprender, sem se tratar de posição de poder. Ora, na ideologia managerial trata-se efetivamente de poder: a repetida chamada à utilidade visa submeter a um poder econômico. Diferentemente,

[...] o conhecimento é um *bem público*, que não diminui pela partilha, antes aumenta, pois encontra aí desenvolvimentos: você faz um seminário para que alguns se apropriem de temas de que você não tratou. O conhecimento que você prodiga lhe é devolvido multiplicado. (RASTIER, 2014, p. 7, grifo do autor).

Todo esse processo, diz Rastier, ultrapassa em muito a pragmática do positivismo lógico: a comunicação é tomada e contextualizada num processo de transmissão.

Ampliando a questão para as culturas, Rastier mostra seu dinamismo em termos de dívidas simbólicas, que são contraídas no interior de cada uma ou com outras, até que se funde uma cultura cosmopolita, atestada, por exemplo, pela literatura mundial. A educação, nesse ciclo, é uma das entradas. Sua concepção de cultura, enfim, é irredutível à ideologia managerial, e no interior dela a pesquisa e a educação têm uma dimensão crítica.

DISCUSSÃO

Na sequência, promovemos uma discussão com vários tópicos vinculados às questões da rede textual trabalhada por Rastier: 1) um caso exemplar de questionamento sobre o campo da comunicação (formação humanística) visto ainda em período marcado pela ditadura (1979), quando a então Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM, criada em 1977) iniciava suas atividades; 2) uma reflexão sobre a compressão do espaço-tempo na pós-modernidade; 3) uma opção de interpretação para compreender *ideologia* na construção de *ideologia managerial*, não explicitada no texto.

AS TRAMAS DO IMAGINÁRIO

Ideologia e poder no ensino de Comunicação, de 1979, é obra que materializa os resultados de um Ciclo de Estudos da INTERCOM na cidade de Santos (SP) em 1978, tratando de: repensar o ensino de Comunicação; discutir o que surgia como novo currículo de Comunicação; discutir a prática pedagógica nas escolas de Comunicação; apresentar alternativas para o conteúdo de disciplinas.

Em vista de interesse específico vinculado ao tema, selecionamos um texto que discute o novo currículo, à época, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), para os cursos de Comunicação. A autora é Jeanne Marie, que assim assina o texto⁸ *Análise ideológica: as tramas do imaginário*. Como todos os outros participantes da obra, ela se ressentida da precariedade dos fundamentos das teorias da Comunicação naquele momento histórico, e levanta dois fatores que crescem no mesmo solo: um da ordem das ingerências manifestadas no campo, outro das fragilidades teóricas.

A autora inicia pelas fragilidades teóricas. Ela se ressentida da falta de um discurso fundador capaz de ultrapassar o mero fornecimento de elementos operacionais para uma prática consistente no campo, que leve em conta o vir-a-ser, a ação e a crítica. O que havia? Apenas um modelo, um esquema: aquele mesmo de que se ressentida Rastier, muitos anos à frente, na atualidade.

O sistema linear da comunicação começa com o sistema ingênuo (diz ela) Emissor-Mensagem-Receptor – ou seja, nem ao menos aquele mais aprimorado de Jakobson (1969) proposto no texto *Linguística e poética*. O esquema é puramente instrumental em termos linguísticos, ao passo que, salienta Jeanne Marie, se tem de lidar com a complexa questão do Poder. Ela mostra a impotência de se pensar globalmente a comunicação, que exige o compromisso de vários campos das Ciências Humanas, e ainda assim tendo como fundo o mesmo sistema. A falácia do campo, diz ela, se manifesta pelos termos típicos: estruturas, sistema, eficácia, função social, atitudes, comportamento, inteligibilidade, que enformam as teorias e têm como âncora “a racionalidade codificante do sistema de dominação que se objetiva em formas, estruturas, operações, conformando e determinando todo o pensamento teórico sobre a comunicação.” (JEANNE MARIE, 1979, p. 150). A ênfase recai sobre a técnica, o tratamento do código.

Nesse sistema, é “impossível pensar-se os fatores constitutivos da sociedade, a contradição e as classes sociais.” (p. 151). Os temas, em substituição, seriam: diferenças culturais, verdade da opinião pública, liberalidade do mercado de trocas (liberdade de expressão), representação em vez de produção. A autora via aí valores místicos orientando a comunicação: integração, padronização, vigilância de valores tradicionais, evolução. Ela percebe que a heterogeneidade social escapa ao modelo, sendo vista como ruído, ruptura de uma ordem. Perde-se, assim, o conjunto das condições e das relações de produção, e, junto, os sujeitos que produzem. E ocorre o esquecimento de que cada modo de produção acarreta determinado modo de produção de sentido.

O modo de produção capitalista, em seu fundamento, traz o elemento que o determina: o capital, e nele são geradas as operações de racionalidade codificante que acabam ocultando suas condições de produção no trabalho social. Assim é que a racionalidade funciona como “um laço cujas malhas tecem todo o corpo social, dando forma às instituições (jurídicas, educacionais, políticas, religiosas, etc.), permeando ainda as práticas e ações do cotidiano em zonas menos manifestas do que aquelas das instituições.” (1979, p. 151-152).

⁸ O nome pleno da professora e jornalista, mestre em Comunicação Social pela ECA-USP e psicanalista freudiana, é Jeanne Marie Machado de Freitas.

Observemos um detalhe curioso, no momento em que um novo currículo mínimo era homologado para os cursos de Comunicação. O texto da Resolução N. 03/78 traz, em seu *caput*: “Fixa o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social.”⁹. Ora, os participantes da INTERCOM, em seus textos, ignoram essa denominação aumentada com *Social*. J. Teixeira Coelho Netto, um dos autores, publicou em 1991 (sob o nome Teixeira Coelho) o *Dicionário do brasileiro de bolso*, trabalho crítico sobre o imaginário da época, na forma de verbetes. Ali encontramos *Comunicação Social*, de que extraímos alguns trechos:

Pressupõe a existência de uma comunicação que não seja social, curioso fenômeno. Difícil entender o que se pretende significar através dessa expressão. Ela poderia apontar, por exemplo, para tudo o que não seja publicidade e propaganda, o que no fundo seria muito adequado. Mas, os cursos de “comunicação social” incluem essas áreas. [...] Caberia [...] observar que a comunicação só pode ser social se não nos lembrássemos que, no Brasil, o termo foi adotado nos laboratórios do regime ditatorial dos anos 60-70 para designar e implantar um sistema de comunicação “não-ideológica”, i.e., que não contrariasse as crenças dos então governantes e não contribuísse para a contestação a seu modelo. (TEIXEIRA COELHO, 1991, p. 53-54)

Dada a ocorrência, ali, do “não-ideológica”, o autor remete também ao verbe *ideologia*, que assim aparece: “São as idéias, planos e opiniões dos comunistas, no tempo em que ainda assustavam alguém. As idéias, opiniões e planos de quem assim pensa nunca são ideológicos.” (1991, p. 119).

Voltemos às considerações de Jeanne Marie. Ela entende que a comunicação precisa se deslocar para o campo do trabalho social, e isso significa que esse campo engendra o ideológico como produção: a produção de sentido é fruto do trabalho da ideologia, que, por sua vez, forma os sujeitos na história. Este pressuposto requer uma concepção de linguagem específica, de caráter discursivo, manifestando laço social. Ela assume, basicamente, um posicionamento materialista, tal como o entendemos na linha da Análise de Discurso francesa. Nesse passo, há uma opção também pela perspectiva psicanalítica (com Freud); no entanto, a teia teórica que se desenha não é aceita no campo da Comunicação no delineamento proposto pelo MEC no currículo mínimo em discussão.

A autora busca, então, traçar o caminho que julga necessário para o trabalho teórico e de ensino no campo da Comunicação, dando lugar especial à visada psicanalítica.

Freud demonstra que a Linguagem, concebida como o lugar da Lei, lugar por onde passam as relações sociais, é passagem necessária para que o homem se torne ser social. A Linguagem é assim o lugar do trabalho fundador da socialidade. Esta proposição significa que o homem só o é enquanto falante, só passa a sê-lo, sendo-o (falando), para um outro [...], é fazendo passar suas necessidades pelos desfiladeiros da Linguagem, por este Outro campo, que o homem se torna ser social. (JEANNE MARIE, 1979, p. 152)

Ora, as relações de Poder se instauram nos fundamentos da socialidade. Como formação histórica, suas modalidades se apresentam, na ideologia, como um poder sem origem, causa e fim. Dessa forma, envolve os sujeitos e lhes confere uma identidade

⁹ Cópia do documento integra a obra organizada por Melo, Fadul e Silva (1979), do Ciclo de Estudos da INTERCOM.

ilusória, construindo, da mesma forma, um edifício de legitimação que agrega o jurídico, o político, o educacional. O campo da comunicação, nesse espaço, vai encontrar os antagonismos de classe.

A crítica e a proposta de novos elementos para o trabalho teórico e de ensino na Comunicação se mostra, desde então, de uma complexidade sem par diante do que a autora nomeia “cândido esquema que modela os estudos da comunicação” (p. 153), resultado de “produções imaginárias, teorias do desconhecimento” moldadas pela racionalidade codificante de um Poder, que oculta o próprio processo que a produz, e cuja trama seria preciso desfazer. Um aspecto é a fragmentação das ciências em termos de objetos específicos e espaços ordenados de funcionamento. A construção do espaço discursivo necessário à Comunicação pressuporia a compreensão das “economias silenciadas”: economia política (de orientação materialista livre de ortodoxia); economia libidinal (considerada em termos de Psicanálise, orientada pelos trabalhos de Freud e Lacan), buscando atravessar o imaginário das teorias.

Cabe lembrar que atravessar o imaginário das teorias “procurando atingir o real que aí se oculta”, tal como expresso por Jeanne Marie (p. 154), precisa ser lido como busca histórica para compreensão de um processo, visto que nem na Psicanálise se pode dizer que o real é *atingido*. Ela mesma especifica (p. 153) que o inconsciente pressupõe a busca de um objeto que falta, mas essa falta nunca é preenchida – para os sujeitos. Da mesma forma, o real, tomado nesse espaço, não se atinge. Pêcheux ([1983] 1997), trabalhando a relação estrutura/acontecimento em Análise de Discurso, percebe e assume – seguindo a linha de Lacan – que “(O real é o impossível... que seja de outro modo).” (p. 29). Assim, não atingimos o real: “a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra.” (p. 29). Ainda nessa linha, com Pêcheux, pensar em um “projeto de saber” racionalizante que tentaria unificar a multiplicidade de saberes e representá-los numa estrutura tão perfeita (com espaços estabilizados) que representasse o real e pudesse controlá-lo sem falha seria acreditar em uma *ciência régia* – desejo humano que, como tudo, não chega a um fim (p. 31).

De outro lado, pensemos na perspectiva atual sobre imaginário que se constrói, segundo a *sociologia compreensiva* de Michel Maffesoli (2001), em agrupamentos sociais na forma de estado de espírito, de matriz espiritual coletiva, diferenciando-se do individualismo pensado em termos de homogeneidade lógica. A noção de *comunicação*, implicada na discussão de Jeanne Marie, é entendida, em Maffesoli, como encontro para compreender, ou, também pensada etimologicamente: “pegar com, tomar junto, reunir, abordar o mundo na sua totalidade, abrir-se aos outros.” (MAFFESOLI, 2003, p. 14). Isso implica vínculos emocionais, sonhos, fantasia, jogo, utopia, elementos de construção de relacionamentos.

O outro fator – indicado pela autora, no início do tópico – que atua como obstáculo para o trabalho na área de Comunicação, a ingerência externa, é aquele que se situa no centro do Poder, que determina, por meio de seus órgãos, os currículos. No caso em pauta, a base para a especialização permanece sendo o esquema conhecido e criticado: Emissor-Mensagem-Receptor, no qual se perde – ela o destaca – a própria comunicação.

Eis o que Jeanne Marie (1979) levanta a respeito do documento:

- a) nas matérias específicas há uma disposição funcionalista: contradições aparecem como problemas, cabendo à sociologia a integração, à psicologia (baseada no imaginário do Ego) as técnicas comportamentalistas, à antropologia a padronização cultural e à língua desenvolver a capacidade de expressão;

- b) nas matérias de fundamentação específica a proposta é desenvolvimentista, enfatizando “ilusões do crescimento e do milagre (brasileiro)” (p. 155);
- c) matérias de natureza profissional registram habilidades técnicas a desenvolver, secundarizando o próprio saber; uma figura anônima sustenta as proposições teóricas: o Poder vinculado ao Capital (racionalidade codificante);
- d) matérias de fundamentação humanística (incluindo Cultura Brasileira), de fundamentação científica e de natureza profissional têm base na lógica da racionalidade, que darão origem, supõe-se, a profissionais burocratas.

Essas características, para Jeanne Marie, atestam a racionalidade das formações imaginárias em questão, que tratariam como ilógico e irracional a contradição, a diversidade, a heterogeneidade. As etapas programadas indiciam fragmentos de saberes a serem oferecidos passo a passo de modo acumulativo. Trata-se, assim, de treinamento.

Em suma, a autora vê nesse processo a concessão, ao campo da Comunicação, de “uma magnitude outrora impensada”, mas por efeito de mistificação tecnológica (p. 156). Fica-nos a sensação de ressonância de uma conversa que poderia estar sendo desenvolvida hoje entre Jeanne Marie e Rastier.

ESPAÇO-TEMPO NA PÓS-MODERNIDADE

Começamos com um destaque de Lyotard ([1979] 1998) sobre o saber nas sociedades informatizadas, prenunciando, há quarenta anos (neste ano de 2019) as transformações do modo de produção e legitimação do saber cultural no capitalismo contemporâneo – o pós-moderno. Note-se que é o mesmo ano em que a discussão da INTERCOM se processava.

O prenúncio (quase se poderia pensar em *profecia*) sobre a natureza do saber era:

O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso. Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim: perde o seu “valor de uso”. (LYOTARD, [1979] 1998, p. 4-5, grifo no original)

Não é de estranhar, portanto, que um governo alinhado com essa visão político-econômica apoie enunciados que secundarizem as ciências humanas, por entender que não dão retorno imediato ao contribuinte¹⁰ – ou: não têm valor de troca. Porém, o que, nos países mais desenvolvidos, ocorria do modo esperado – em velocidade –, “constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento.” (LYOTARD, [1979] 1998, p. 5) – com a previsão de que o distanciamento entre esses países se alargaria no futuro. Contudo, o alerta de Lyotard já fazia sentido: a

¹⁰ Podemos lembrar, em função dessa percepção, que nenhum ser vivo nasce menos preparado para as vicissitudes da vida que os seres humanos, necessitando de muitos anos de cuidados até se tornar “produtivo”. Este parece ser um de nossos *esquecimentos*.

mercantilização do saber podia desestabilizar o privilégio de Estados-nações modernos quanto à produção e difusão de conhecimentos, em vista de sua dependência “do ‘cérebro’ ou do ‘espírito’ da sociedade que é o Estado”, considerando que “a sociedade não existe e não progride a não ser que as mensagens que nela circulem sejam ricas em informação e fáceis de decodificar.” (p. 5-6).

O que Lyotard entendia como *pragmática social* correspondia a pensar na “simplicidade” que as ciências teriam – mas essa pragmática incluiria uma miríade de enunciados: denotativos, prescritivos, performativos, técnicos, avaliativos etc., que não seriam aplicáveis a todos os *jogos de linguagem*¹¹ que circulam na sociedade. Não se pode conceber o sistema social “como uma totalidade em busca de uma unidade com o maior desempenho possível.” (p. 115). Assim, a informatização das sociedades se torna “o instrumento ‘sonhado’ de controle e de regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho.” (p. 119), e isso comporta, salienta Lyotard, o terror – ou seja, há um jogo em que há ameaça, do lado do poder, de que haja privação, para outrem, de participar do jogo se não houver adaptação ao que é prescrito (p. 115). É essa forma de terrorismo que fica salientada no trabalho de Rastier, como vimos, e que leva ao sofrimento no trabalho, extensível à vida no cotidiano: uma ameaça à própria vida.

Consideremos, agora, o fator compressão do espaço-tempo na percepção e compreensão do problema, que implica aceleração total no ritmo de vida. David Harvey ([1989] 1992, p. 256) explora o pós-modernismo como “resposta a um novo conjunto de experiências do espaço e do tempo, uma nova rodada da ‘compressão do tempo-espaço’.” relativamente ao período do modernismo como força cultural. E percebe que essa passagem se deveu ao desenvolvimento de novas formas organizacionais e novas tecnologias de controle, que impõem cada vez mais velocidade na produção de bens e também de serviços. Ele quer significar que certos processos revolucionam nossa compreensão do tempo e do espaço, provocando alterações substanciais em nossas vidas: é a ideia de encolhimento prognosticada na expressão “aldeia global” (telecomunicações) e em “espaçonave Terra”, tantas são as interdependências ecológicas e econômicas. Tudo parece se reduzir a um ponto: o presente. (HARVEY ([1989] 1992, p. 219).

Como seria de esperar, isso provoca “reações sociais, culturais e políticas” (p. 219). A aceleração do “tempo de giro do capital” na produção provoca necessariamente aceleração no consumo; tudo tem de circular rapidamente – o que implica também a efemeridade e a descartabilidade de tudo. Compreende-se, então, a insistência em *inovação* a todo custo, como se todos estivessem imbuídos da necessidade de, com isso, compreender o mundo e atingir algum tipo de verdade transcendental. O que nos parece mais realista é que estamos presos numa armadilha que afeta, além das coisas materiais, a vida intelectual e espiritual, visto que, sendo nós apenas elos da máquina, obrigam-nos (ou nos obrigamos) a nos movimentar seguindo seu ritmo.

¹¹ Lyotard adota, em sua obra, a noção wittgensteiniana de *jogos de linguagem*, que sintetiza a recusa de uma linguagem meramente baseada na ideia de cópia figurativa da realidade. Seu ponto de vista é aquele que observa as práticas de linguagem na cultura e seu funcionamento como jogos de linguagem, implicando vários processos (descrever, relatar, comandar, expor, conjecturar etc.) (Cf. WITTGENSTEIN, [1945-1949] 1999).

É em função de como o tempo é perspectivado para a acumulação capitalista que se entende a figuração da máxima ou lema (enunciado “mínimo”) que pretende, em compressão também, dizer tudo e com espírito de verdade: *Tempo é dinheiro* – dito ou inspirado por Benjamin Franklin ([1757] 2010), autor de *The way to wealth*, que entendemos como uma espécie de autoajuda em que ressoa o espírito calvinista aconselhando pessoas, por meio da figura de Pai Abraão, e que remete à sabedoria proverbial refletida no que Franklin publicou como *Almanaque do pobre Richard*, que buscava incutir, segundo ele, *indústria* (ou industriiosidade, engenho, criatividade) e *frugalidade*, caminhos para a riqueza. “Deus ajuda aqueles que se ajudam” é um dos primeiros provérbios emitidos pelo personagem. *Tempo é dinheiro*, por outro lado, também pode ser percebido como uma figura cronotópica do que perspectivamos como capitalismo, incorporando bem a imagem do tempo (racionalizado) amalgamada à de espaço (comprimido).

O princípio da produtividade – junto à competitividade –, nós o fazemos deslizar para *produtivismo*, ao interpretar e ressentir como nos afeta no campo da educação em geral, visto que desatrela de nosso trabalho a necessária solidariedade e instala, mais ou menos de modo corrente e desagregador, a concorrência, desestabilizando o modo como devemos compreender o processo de conhecimento, resistindo, tanto quando possível, ao modo managerial de conduzir a educação.

INTERPRETANDO IDEOLOGIA

O último tópico de discussão diz respeito à compreensão de *ideologia*, no contexto da reflexão de Rastier, e abarcando os tópicos anteriores. Independentemente do sentido específico que Rastier tenha atribuído a *ideologia*, expomos como a entendemos em nossa leitura.

Nos estudos discursivos, especificamente na linha desenvolvida por Orlandi (1996), abandonamos a dicotomia que ainda persiste nas sociedades entre ideológico e não ideológico (neutro), atribuindo-se ao primeiro um conteúdo revolucionário ou subversivo em relação a certa ordem de poder, tal como o termo sofreu deslizamento pela interpretação popularizada por Napoleão Bonaparte, ao atacar os princípios do Iluminismo no século XIX como doutrina perniciosa; ora, a palavra criada pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1796, indicava “filosofia da mente” ou simplesmente “ciência das ideias”, diferenciando-a de *metafísica* (Cf. WILLIAMS, [1983] 2007). Esse deslocamento produziu efeitos, aparecendo também em Marx e Engels na crítica a filósofos alemães conservadores, pela contraposição que viam entre processos reais da história e a abstração que se fazia deles, reduzindo-os a imagens que invertiam a realidade. Disso resultou a concepção de pensamento falso e ilusório para *ideologia*.

Embora sempre haja posicionamento (juízo de valor) quanto ao que se desmembre como *ideologias* ou modos de pensar, em Marx e Engels o uso também era crítico, e em Marx esse deslizamento que desmancha a barreira pode ser notado, como destaca Williams ([1983] 2007, p. 215) com respeito a um trecho de sua obra, em que Marx assinala que são *ideológicas*, sem outra distinção: “as formas legais, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas”.

Diríamos então, contemporaneamente, que o sentido mais geral da palavra (sistema de ideias, valores associados a um grupo, uma classe) tem uso amplo, embora a persistência em um componente central de ilusão (como também em *mito*) não desapareça, manifestando oposição: isto é real/isto é ideológico (ilusório, subversivo). Neste caso, ressoa como ofensa, crítica.

Do ponto de vista discursivo, adotamos a concepção que fica expressa neste enunciado de Orlandi (1996, p. 30): “[...] a ideologia não é ‘x’ mas o mecanismo de produzir ‘x’.”. Esse mecanismo induz à naturalização do que é produzido, o efeito de evidência. No mundo social, é o imaginário cultural que fornece sentidos nos espaços em que as relações humanas se manifestam por meio de práticas. A ideologia

[...] é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre a linguagem e o mundo. [...] Há uma contradição entre mundo e linguagem e a ideologia é trabalho desta contradição. (ORLANDI, 1996, p. 31)

Esta concepção, porém, não descarta de *ideologia* a ilusão, porém em outro sentido: como não há relação direta entre mundo e linguagem, o que chamamos *realidade* já é efeito dessa não transparência, visto que a linguagem é opaca, é criação humana para lidar com o ambiente. É o funcionamento ideológico que produz o efeito de transparência, mediado pelo imaginário social. A *realidade* não é o mundo: é recorte, fragmentação que se produz de modos alternativos para a produção de saberes, de conhecimento que surge e precisa ser designado, sempre perspectivado em campos específicos – como existem hoje, apesar da tendência à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade.

FINALIZANDO: FIGURAS CRONOTÓPICAS

Nos vários tópicos aqui desenvolvidos, o tema da educação perspectivada como *ideologia managerial* por François Rastier foi foco de reflexão desdobrada em noções para a compreensão do processo a que somos submetidos diuturnamente em sociedade, e especificamente em nossas tarefas como professores, orientadores, pesquisadores que querem desenvolver conhecimentos – não apenas competências – e tomá-los como elementos de ensino e aprendizagem ampla, envolvendo os campos das ciências em geral. As instituições de ensino, embora incorporem técnicas e necessitem de administração, como parte da vida política, não podem ter sua condução filtrada e alinhada como empresa ou como fábrica, reduzindo-se, de sua multiplicidade e diversidade, a um elemento do mundo econômico, que se imagina pode dispensar ou secundarizar as ciências sociais, as artes, a filosofia – traçando uma linha para conduzir tudo de modo único a um único fim.

A própria compreensão desse processo, como é perceptível acima, precisou haurir, para abrir caminho, conhecimentos de várias fontes: filosofia, linguagem, sociologia, comunicação, política, economia, arte. Nessa *viagem* (que já é uma imagem para a criação desta narrativa), o mecanismo social que é a ideologia cria modos de percepção que mostram valores nas épocas e nos espaços, na forma de enunciados (linguagem). Assim, de viagens como esta resultam, na forma de síntese metafórica – tal como em provérbios,

máximas, slogans etc. –, figurações que chamamos formas cronotópicas, com fundamento em Bakhtin ([1937-1938] 2014), e cujo interesse é, de mais de um modo, juntar e comprimir em palavras a percepção de épocas, grupos, valores, espaços (espaço-tempo). Para ajudar-nos na caracterização de alguns desses símbolos, a obra de Battistini ([2002] 2004) *Symboles et allégories*, que é um guia das artes, é providencial.

O que chamamos de fórmula metafórica na ideologia managerial, que é foco e representante pragmático do capitalismo contemporâneo, concentra-se em *Tempo é dinheiro*, surgida, repetida e, circunstancialmente, proferida como argumento, lema ou pretexto. Formas cronotópicas menores, que funcionam como ramos de um tronco, podem ser reconhecidas em variados símbolos, alguns dos quais podem ser interpretados em direções opostas (variação espaço-tempo):

- a) A simbologia das Horas. Na mitologia, as Horas são doze jovens em torno do carro do Sol e que dançam no momento da aurora (a dança das horas). Vamos reter aqui apenas a interpretação de Michelangelo: sua função é “a de testemunhar o poder destruidor do tempo no mundo sublunar.” (BATTISTINI, 2004, p. 74). A parti daí também dizemos: O tempo voa – e essa sensação de rapidez é assustadora: não se pode desperdiçá-lo.
- b) O labirinto. O símbolo provém de antigos mitos solares da civilização minoica (Creta). Também pode representar uma peregrinação em busca de espiritualidade (BATTISTINI, 2004, p. 262). No presente caso, a interpretação segundo a chave do Tempo é dinheiro é outra. Penetrar no labirinto é correr o risco de não encontrar saída, embora ele tenha alternativamente o sentido de fortaleza. Também é uma viagem tortuosa cujo caminho pode levar ao monstro do mito (o Minotauro) que, se vencido, transforma o viajante em herói: conduz ao sucesso, ao reconhecimento, à riqueza – desde que seja precavido para reencontrar a entrada ... e recomeçar o trajeto para outros atos heroicos.
- c) A Roda da Fortuna. Remete a sorte, acaso. É um símbolo ambivalente, voltado tanto à boa como à má sorte, apontando o equilíbrio precário entre as duas possibilidades – inconstância do destino. A roda é uma engrenagem em constante movimento, e humanos de qualquer condição estão submetidos à indiferença da deusa Fortuna – ou Tyché, para os gregos – que faz mover a roda (BATTISTINI, 2004, p. 310). O risco nos empreendimentos é constante: é preciso encontrar o momento propício. Os Antigos, para prever uns e outros, consultavam os oráculos; os consultores, hoje, fazem esse papel.
- d) A escada. Subir, alcançar o topo da escada, vale para elevação espiritual (ascese), moral e intelectual – por etapas que exigem sacrifícios. Difícil é a subida para essa conquista, que faria a ligação da terra com o céu (BATTISTINI, 2004, p. 238). Em óptica mais terrena, a conquista pode ser de um trono, de um alto posto, de um cargo promissor, de preferência pulando degraus (queimando etapas).
- e) A linha reta. Pensamos na linha reta como inflexibilidade, dureza (e talvez desprezo e desconhecimento de mundo), tal como manifestou Oscar Niemeyer em seu Poema da curva: “Não é o ângulo reto que me atrai. / Nem a linha reta, dura, inflexível, / criada pelo homem. / O que me atrai é a curva livre e / sensual. A curva que encontro nas / montanhas do meu país, no curso sinuoso / dos seus

rios, nas nuvens do céu, no corpo / da mulhaer amada. / De curvas é feito todo o Universo. / O Universo curvo de Einstein.”¹²

- f) O abismo. Simboliza problema, ameaça, mistério, afastamento, caos, risco mortal. Representa todo tipo de medo; assemelha-se à roda da Fortuna.
- g) A arena. A palavra evoca, por um lado, lutas acirradas de competição, associando treinamento e técnica; por outro, o mesmo espaço aceita as artes, fruto de trabalho criativo.
- h) A viagem. Simboliza trajeto de conquista, exploração e poderio material. E também iniciação, tensão na pesquisa, descoberta e movimento intelectual e artístico, busca do inexplorado, conhecimento. Muitas narrativas míticas usam o tema seja para aumentar um território, seja para relatar peregrinações de um povo expulso de sua terra, seja para falar da aquisição de conhecimento intelectual ou ainda de ascese espiritual (BATTISTINI, 2004, p. 224).

Deixamos estas reflexões para cogitações seguindo trajeto semelhante, ou optando por mudança de rumo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 95-114.
- BAKHTIN, M. (1937-1938). Formas de tempo e de cronotopo no romance (ensaios de poética histórica). In: BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 211-362.
- BATTISTINI, M. *Symboles et allégories*. Traduit de l'italien par Dominique Férault. Paris: Editions Hazan, [2002] 2004.
- CEVASCO, M. E. Prefácio. In: WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, [1983] 2007. p. 9-20.
- FRANKLIN, B. *The way to wealth*. Compiled and edited by Richard A. Catalina, Jr. Princeton: Princeton Cambridge Publishing Group, [1757] 2010. Disponível em: <https://tendimag.com/2014/02/12/tempo-e-dinheiro-benjamin-franklin/> Acesso em: 28 jun. 2019.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 1992.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JEANNE MARIE. Análise ideológica: as tramas do imaginário. In: MELO, J. M. de; FADUL, A.; SILVA, C. E. L. da (Org.). *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979. p. 149-156.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Posfácio de Silviano Santiago. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1979] 1998.
- MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.
- MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003.
- MAYAFFRE, D. Apprendre pour transmettre. L'éducation contre l'idéologie managériale. *Mots. Les langages du politique*, n. 103, 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/mots/21554>. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹² Fundação Oscar Niemeyer. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/outros/poema-da-curva>. Acesso em: 3 jul. 2019. Texto não datado.

- MELO, J. M. de; FADUL, A.; SILVA, C. E. L. da (Org.). *Ideologia e poder no ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes/INTERCOM, 1979.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento* [?]. Campinas (SP): Pontes, [1983] 1997.
- RASTIER, F. Education et idéologie managériale. Entretien avec Sarah Al-Matary et Yannick Chevalier. *Texto! – Textes et cultures*, v. 19, n. 4, 2014.
- TEIXEIRA COELHO. *Dicionário do brasileiro de bolso*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, [1983] 2007.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, [1945-1949] 1999.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.